
**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA,
ORFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de Identidade nº XXXXXX XXXX/XX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXX, CEP XXXXXXX, telefone nº XXXXXX, XXXXXX (XXXX), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, propor o presente

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em desfavor de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, Carteira de Identidade nº XXXXXX SSP/MG, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CEP XXXXXXXXX, telefone XXXXXXX, nos termos dos fatos expostos.

DOS FATOS

1- Em XX de XXXX de XXXX, a Requerida foi nomeada curadora provisória do Requerente, decisão essa, confirmada em sentença proferida em XX de XXXXXX de XXXX, nos autos do processo nº XXXXXX da Xª Vara Cível desta Circunscrição Judiciária.

2- De acordo com sentença proferida em XX de XXXX de

XXXX, o Requerente sofreu um processo de Substituição de Curatela nº XXXXXXXX da Xª Vara de Família desta Circunscrição Judiciária, requerido pelo Ministério Público do DF, onde a Requerida foi substituída, pelo Curador Fulano de tal, irmão do Requerente, conforme cópias em anexo.

3- Em XXXX foi homologada sentença decretando o Levantamento da Interdição do Requerente, e desde então vem respondendo por todos os atos de sua vida civil.

4- No entanto o Requerente vem sofrendo privações devido a má administração de seu patrimônio no período em que a Requerida era sua Curadora, vez que o lapso de tempo de sete anos **foi o bastante para que:**

4.1 - a Requerida vendesse bens do Requerente, quais sejam: um lote localizado na XXXXXXXX; um lote localizado na XXXXXXXXXXXX; e um lote localizado na XXXXXXXXXXXX, tendo recebido os valores correspondentes, os quais nunca foram repassados ao Requerente;

4.2 - recebesse valores referentes a processos judiciais, precatórias do governo, que pertenciam ao Requerente, referente aos processos nºs XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em valor superior a R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX).

5- Cumpre ressaltar que a Requerida além de não ter prestado contas dos valores supracitados, **pertencentes ao Requerente,** também **nunca prestou contas dos valores recebidos pelo Requerente oriundos de sua aposentadoria junto a UNB,** fato este que corroborou para que hoje o Requerente não tenha capacidade para pagar um viagem ao filho que é atleta especializado em luta de kung-fú.

6- Após o levantamento da interdição, o Requerente vem buscando limpar seu nome e quitar com as instituições financeiras os empréstimos feitos pela Requerida em seu nome, **mesmo após a Substituição da curatela,** conforme cheques em anexos que foram passados pela Requerida nos anos de XXXX, XXXX e XXXX, demonstrando seu interesse em prejudicar o Requerente, **ou seja em período no qual já havia outra pessoa exercendo a Curatela do Requerente.**

7- Conforme documentos em anexo a Requerida recebia os valores ganhos em ações judiciais e precatórias diretamente na conta bancária do Requerente, **porém não se tem a menor idéia da destinação dada a estes recursos por parte da Requerida,** ressaltando que o Requerente

possui dificuldades financeiras para retirar todos os extratos bancários referente ao período de interdição, onde a Requerida era a Curadora, período em que houve várias realizações de empréstimos bancários sem qualquer fundamento.

8- Conforme declaração do SPC em anexo, o nome do Requerente está inscrito devido ao atraso no pagamento de financiamentos que foram feitos pela Requerida, e que até a data de hoje o Requerente não teve capacidade financeira de quitar.

9- De acordo com decisão do TJDFT a prestação de contas é dever inarredável do curador, e caso não consiga comprovar todos os gastos, este valor deverá ser devolvido ao Interditado, **mesmo porque a apropriação de valores de outrem sem justificativas caracteriza ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, vedado por nosso ordenamento jurídico.**

“PROCESSO CIVIL. INTERDIÇÃO. CURATELA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VALORES APURADOS PELO PARQUET. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I - Prestar contas é dever inarredável de quem exerce a curatela. Não atendida à obrigação de explicar e discriminar as despesas, com a apresentação de documentos comprobatórios, correta é a condenação que impõe a devolução dos valores injustificados. II - O cálculo para se apurar o valor a ser devolvido ao patrimônio do interditado deve estimar a somatória dos gastos mensais do núcleo familiar, entendendo-se como injustificados todos os outros gastos que ultrapassem aquele quantum. III - Provimento parcial do apelo. (20070310180535APC, Relator JOÃO EGMONT, 6ª Turma Cível, julgado em 19/05/2010, DJ 01/07/2010 p. 119)

“PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE CURATELA. DESPESAS. CRITÉRIO DE RAZOABILIDADE. 1 - Compete ao curador administrar os bens do curatelado, devendo prestar contas de sua administração. Deve, contudo, ser ressarcido pelas despesas despendidas no exercício dessa. 2 - Pode o juiz, usando critério de razoabilidade, ponderar, nas despesas que teve o curador com o exercício da curatela, aquelas que, de fato, foram em razão do encargo e a proporção dessas nas despesas domésticas da residência em que a curatelada vivia na companhia de mais quatro pessoas. 3 - Apelação não provida. (20060110218066APC, Relator JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, julgado em 04/11/2009, DJ 09/12/2009 p. 189)

10- De acordo com o Código de Processo Civil, caso o curador não comprove todos os gastos, e assim restar um saldo, deve este ser condenado ao pagamento deste saldo e não fazendo, será procedida uma Execução forçada.

Art. 918. O saldo credor declarado na sentença poderá ser cobrado em execução forçada.

Art. 919. As contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário

e de outro qualquer administrador serão prestadas em apenso aos autos do processo em que tiver sido nomeado. Sendo condenado a pagar o saldo e não o fazendo no prazo legal, o juiz poderá destituí-lo, seqüestrar os bens sob sua guarda e glosar o prêmio ou gratificação a que teria direito.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, por ser juridicamente hipossuficiente (art. 4º, Lei 1.060/50) por não estar em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- b) Que liminarmente, em sede de antecipação de tutela, seja OFICIADO o **XXXXXX** para que envie a este juízo os extratos-bancários, referente a conta-corrente nº XXXX, agência nº XXXX, do período de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, bem como o **Banco de XXX** para que envie a este juízo os extratos-bancários, referente a conta-corrente nº XXXXX, do período de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXX **referente ao período em que a Requerida exerceu a Curatela do Requerente,** tendo em vista que a referida instituição bancária não se dispôs a proceder a entrega ao Requerente destes documentos;
- c) O envio dos autos ao ilustre representante do Ministério Público para oficiar no feito, **tendo em vista que trata a presente demanda de prestação de contas de período que o Requerente era incapaz;**
- d) citação da ré para, no prazo no prazo legal, apresentar a prestações de contas, **referente ao período de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX,** período este que a mesma exerceu o encargo de Curadora do Requerido, **devendo prestar contas de todos os valores recebidos pelo mesmo, aqueles referente a alienação de bens do Requerido, e os relativos ao recebimento de valores de precatórios e ações judiciais ganhas pelo Requerente,** ou caso assim deseje, contestar a presente demanda;
- e) a condenação do Requerido ao pagamento de custas processuais, honorários advocatícios e demais consectários legais, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária – PROJUR, devendo ser depositado junto ao Banco de Brasília, mediante formulário DAR, código 3746 – honorários de advogado - PROJUR

Deseja provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, especialmente, pelo depoimento pessoal do varão e oitiva das testemunhas abaixo arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXX).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXX, XX de XXXXXX de XXX.

Fulano de tal

Fulano de tal
Defensor Público

Fulana de tal
Ceajur nº XXXXX

ROL DE TESTEMUNHAS

1. Fulana de tal, residente na XXXXXXXXXXXX, em frente a XXXXX, telefone XXXXXXXX;
2. Fulano de tal, residente na XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX.